

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.195 - MS (2019/0028624-7)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES**  
**RECORRIDO : SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS**  
**ESTADO DE MS**  
**ADVOGADOS : JOÃO ROBERTO GIACOMINI - MS005800B**  
**JOSE LUIS WAGNER - DF017183**  
**SILVANA GOLDONI SÁBIO - MS008713**

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. SÚMULA N. 284/STF. ILEGITIMIDADE ATIVA DO RECORRIDO POR VIOLAÇÃO DA UNICIDADE SINDICAL. SÚMULA N. 211/STJ. COMPENSAÇÃO DE VALORES. SÚMULA N. 211/STJ. PRESCRIÇÃO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

AGRAVO LEGAL. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE. PODERES DO RELATOR DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

I - Admissível o julgamento do recurso de apelação nos moldes do artigo 557 do Código de Processo Civil uma vez que a análise das questões abordadas nos autos foi amparada na jurisprudência pátria dominante, o que, por si só, já afasta qualquer irregularidade a respeito. Ademais, eventual violação aos princípios do contraditório e da inafastabilidade do controle jurisdicional, decorrente da aplicação do art. 557 do CPC, fica superada, desde logo, com a apreciação do presente agravo legal pelo órgão colegiado.

II - O Código de Processo Civil atribui poderes ao Relator para negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, bem como para dar provimento ao recurso interposto quando o ato judicial recorrido estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

III - Hipótese dos autos em que a decisão agravada observou os critérios anteriormente expostos e a parte agravante não refuta a subsunção do caso ao entendimento firmado, limitando-se a questionar a orientação adotada, já sedimentada nos precedentes mencionados por ocasião da aplicação da disciplina do artigo 557 do Código de Processo Civil.

IV Agravo legal desprovido.

Opostos embargos de declaração pela recorrente, foram eles rejeitados. Parcialmente acolhidos os embargos da parte recorrida nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO RETIDO. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 85 STJ. OMISSÃO CONFIGURADA. REFLEXOS REMUNERATÓRIOS E EFEITOS DA LEI Nº 9.527/97. AUSÊNCIA DE OMISSÃO/OBSCURIDADE. Por tratar-se de lide de trato continuado, que se renova no tempo, o fundo do direito não é alcançado pela prescrição, mas tão somente as parcelas anteriores aos cinco anos da propositura da ação, à luz do art. 1º do Decreto nº 20.910/32. Hipótese que se coaduna com a Súmula nº 85 do STJ. Estão prescritas apenas as parcelas anteriores a 18/12/2007. Considerando as regras de contagem de prazo do então vigente CPC/73 (art. 184, caput), o prazo de dez dias começou a fluir em 31/01/2013 e teve como termo final dia 11/01/2013, segunda-feira. Todavia, o agravo retido foi interposto em 13/02/2013, intempestivamente, pois. Cumulação das vantagens dos arts. 62 e 192 da Lei nº 8.112/90. Legalidade. Produção de efeitos jurídicos regulares. Respeito ao conteúdo da Súmula 359 do STF já constava do acórdão. Embargos parcialmente acolhidos.

Nas razões de recurso especial, sustenta a parte recorrente violação dos seguintes dispositivos: a) arts. 267, VI, 475, II, e 535, II, do CPC/73, sustentando que o acórdão padece de omissões a despeito da oposição de declaratórios; b) arts. 8º, II, da CF e 516 da CLT aduzindo ilegitimidade ativa do sindicato ora recorrido apta a ensejar extinção do processo sem resolução de mérito; c) arts. 884, 885 e 886 do CC, alegando necessidade de compensação dos valores pagos; d) arts. 62 e 192 da Lei n. 8.112/90 e 206, §2º, do CC, apontando prescrição do fundo de direito ou, subsidiariamente, prescrição bienal ou trienal das parcelas vencidas.

Houve contrarrazões (e-STJ fls. 373/393).

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 2/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.”

Inicialmente, com relação à violação do art. 535 do CPC/15, a parte sustenta que o *decisum a quo* deixou de analisar a questão da ilegitimidade ativa do sindicato, violando os arts. 267, VI, e 475, II, do CPC, bem como a aplicabilidade do art. 2º-A, parágrafo único, da Lei n. 9.494/97, segundo a qual a petição inicial do recorrido deveria obrigatoriamente estar instruída com a ata da Assembléia da entidade associativa que a autorizou e com a relação nominal dos seus associados com os respectivos endereços.

Entretanto, percebe-se da leitura do julgado que o tema restou amplamente debatido, de forma que não há que se falar em omissão, mas em julgamento contrário aos interesses da parte. Cito excertos do acórdão (e-STJ fls. 264/268):

Ao contrário do quanto sustentado pelo Juízo *a quo*, entendo que o **sindicato possui ampla legitimidade ativa ad causam para atuar como substituto processual da categoria na defesa de interesses dos filiados, independentemente de autorização expressa de seus filiados ou relação nominal dos substituídos, afinal, o cerne da questão ora discutida consiste na defesa de direitos subjetivos individuais, porém, homogêneos, os quais possuem relação com os seus fins institucionais.**

Para corroborar tal posicionamento, trago à colação os seguintes arestos:

[...]

**Ademais, a própria jurisprudência pátria admite que o sindicato figure no pólo ativo de ações coletivas; na qualidade de substituto processual, para postular em juízo direito da categoria, desde que tenha sido regularmente constituído e que esteja em normal funcionamento, independente de autorização em Assembléia Geral, sendo suficiente cláusula específica inserida no respectivo estatuto.**

[...]

Assim, considerando que no Estatuto do Sindicato há a previsão, em seu artigo 3º, alínea "a", acerca da possibilidade do sindicato "a) Representar perante as autoridades administrativas e jurídicas, as empresas públicas e estatais e as associações os interesses gerais e individuais da categoria, podendo atuar como substituto processual em favor dos seus associados, nos termos do inciso XXI do art. 5º e do inciso III do artigo 8º da Constituição Federal.", entendo não haver qualquer irregularidade na sua representação.

Diante de tais entendimentos, não há dúvidas de que o sindicato pode atuar em juízo na defesa de toda a categoria que representa, ou de apenas uma parte destes, no entanto, há de se observar, no caso, os limites subjetivos e objetivos da lide, qual seja, a substituição dos servidores aposentados cujas aposentadorias se deram no regime instituído pela Lei n. 8.112/90 e antes das alterações promovidas pela Lei n. 9.527/97, e que possuíam o direito às vantagens do art. 62 e 192 da Lei n. 8.112/90, na redação vigente à data das aposentadorias.

Quanto às demais omissões a parte sustenta apenas que (e-STJ fl. 318):

Com efeito, foram opostos embargos com fundamento legal, exercendo a Autarquia o direito de ampla defesa, dentro dos limites legais, buscando integração de omissões e também o prequestionamento da matéria, especialmente os artigos 8º, II, da CF; 516 do Decreto-Lei n. 5.452/43 - CLT; 3º da Lei n. 8.073/90, e artigos 884, 885 e 886 do Código Civil. No entanto, apesar dos embargos de declaração opostos pela autarquia federal apontando omissões e buscando também o prequestionamento o v. acórdão, não apreciou a questão à luz dos dispositivos citados.

Quanto a essas omissões, o recorrente quedou-se inerte quanto a demonstração da relevância dos dispositivos apontados para o deslinde da controvérsia, limitando-se a dizer que foram alvos de embargos, o que não é, por si só, suficiente para acolher a violação do art. 535 do CPC. Incide, pois, o óbice da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

No mérito, melhor sorte não assiste a parte.

A ANATEL sustenta que há outro sindicato na mesma base territorial, a SINAGÊNCIA, a qual é parte legítima para representar os servidores da ANATEL e o que configura ilegitimidade da parte recorrida. Da leitura do acórdão recorrido depreende-se que a tese não foi objeto de análise pela Corte de Origem, carecendo de necessário prequestionamento.

A rigor, o cumprimento do requisito do prequestionamento se observa com o debate sobre a tese jurídica específica, isto é, com a emissão de juízo de valor sobre determinada norma e a sua aplicabilidade ao caso concreto, não bastando a simples

provocação para que a Corte *a quo* se manifeste, consoante ocorreu nesses autos quando da oposição dos embargos. Incide, no ponto, a Súmula n. 211/STJ.

O mesmo se aplica com relação à tese de compensação dos valores já pagos, vez que não houve discussão acerca da tese ou dos dispositivos a ela vinculados. Exemplificativamente:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA. EXERCÍCIO FUNCIONAL COMO DIRETOR DE CADEIA PÚBLICA. DESVIO DE FUNÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO AFASTADA PELA CORTE DE ORIGEM. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS FEDERAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211 DO STJ. CONTROVÉRSIA ENFRENTADA COM BASE EM LEI LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280 DO STF.

1. **Extrai-se do acórdão recorrido que os dispositivos legais apontados como violados e as matérias a eles correlatas não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, nem sequer implicitamente. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado. Aplicação do óbice fundado na Súmula 211 do STJ.**

2. Na via especial, não cabe a análise de tese recursal que demande a interpretação de legislação local, ante o impeditivo descrito na Súmula 280/STF.

3. No caso, as razões declinadas no aresto recorrido demonstram que o Tribunal de origem utilizou a Lei n. 5.406/1969 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais) para decidir a lide. Tal circunstância torna inviável o acolhimento do recurso especial, consoante a aplicação analógica do enunciado n. 280 constante da Súmula do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1665746/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018)

Por fim, com relação à prescrição, nenhuma das teses sustentadas merece acolhida. Isto porquanto, ao decidiu pelo prazo prescricional de cinco anos, a decisão da origem assim fundamentou (e-STJ fls. 362/363):

O prazo prescricional a regular o presente caso é, pois, de cinco anos.

Por tratar-se de **lide de trato continuado, que se renova no tempo**, o fundo do direito não é alcançado pela prescrição, mas tão somente as parcelas anteriores aos cinco anos da propositura da ação, à luz do artigo 1º do Decreto nº 20.910/32. Trata-se, inclusive, de hipótese que se coaduna com a Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça.

[...]

Por conseguinte, estão prescritas as parcelas anteriores a 18/12/2007, relativas ao quinquênio que antecede a data do ajuizamento da presente ação, 18/12/2012.

Ocorre que, em suas razões recursais, a parte deixou de impugnar a relação de trato sucessivo reconhecida na origem e apta a ensejar o prazo prescricional adotado, de forma que a fundamentação do acórdão se mantém, atraindo o óbice das Súmulas n. 283 e 284 do STF. A propósito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A orientação jurisprudencial do STJ declarou que os servidores integrantes de associação coletiva serão beneficiados por título proferido em mandado de segurança coletivo independentemente da existência de lista de servidores na petição inicial 2. **Não se conhece do recurso especial, quando a parte deixa de impugnar de forma suficiente fundamento autônomo, que por si só é capaz de manter o julgado (Súmula 283/STF), bem como quando a deficiência de fundamentação não permitir a compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF).**

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1206856/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 24/05/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator